

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS DO PERÍODO**

**Senhores Cotistas:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da **Embracon Administradora de Consórcios**. Relativas ao período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Mercado de Atuação:** A **Embracon Administradora de Consórcios** tem como objetivo formar e administrar grupos de consórcios, de bens móveis, imóveis e serviços. Em 31 de dezembro de 2022 a empresa administrava 236 grupos de consórcios com uma base de clientes ativos de 163.031 consorciados e 17.653 bens entregues. **Eventos Societários:** O Capital Social é de R\$ 55.000.000,00 e está representado por 55.000.000 cotas no valor de R\$ 1,00 cada. **Patrimônio Líquido e Resultados:** O Patrimônio Líquido atingiu R\$ 115.631 milhões em 31 de dezembro de 2022, apresentando aumento de 43,15% em relação ao R\$ 80.778 milhões em 31 de dezembro de 2021. O lucro líquido apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 50.172 milhões. **Ativos e Passivos:** O Ativo atingiu R\$ 339.105 milhões em 31 de dezembro de 2022, em relação aos R\$ 207.139 milhões em 31 de dezembro de 2021. O Passivo Circulante e não circulantes, somados atingiram o montante de R\$ 223.474 milhões em 31 de dezembro de 2022, em relação aos R\$ 124.368 milhões em 31 de dezembro de 2021. **Auditoria Independente:** A política de atuação da **Embracon Administradora**

de **Consórcio LTDA.**, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 381/2003, a **Embracon Administradora de Consórcio LTDA.**, informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram prestados pela - auditores independentes e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Demonstrações Financeiras. Ademais, a **Embracon Administradora de Consórcio LTDA.** confirma que a Irmãos Campos auditores independentes dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras da **Embracon Administradora de Consórcio LTDA.**. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor. **Agradecimentos:** A Administração da **Embracon Administradora de Consórcio LTDA.**, agradece aos cotistas pela confiança depositada.

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Encerrado em 31 de Dezembro de 2022 e Exercício de 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2022		2021		Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022		2021	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021		
<b>Ativo circulante</b>		<b>293.065</b>	<b>159.578</b>			<b>Passivo circulante</b>		<b>223.474</b>	<b>124.368</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	4b; 6	1.947	1.230			Financiamento - Operações de leasing	13	1.834	1.882		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4b; 7	78.878	109.896			Obrigações trabalhistas	14	32.514	25.713		
Títulos e valores mobiliários - TVM	4c; 8	1.046	1.279			Encargos sociais	15	11.314	8.842		
Outras contas a receber		930	244			Impostos e contribuições sobre o lucro	4i; 16	-	-		
Taxa de administração a receber	3.2	21.705	297			Impostos e contribuições a recolher	17	5.759	4.886		
Impostos a compensar	9	12.386	11.301			Impostos Diferidos	3.2	7.096	-		
Adiantamentos	10	17.741	18.244			Obrigações por Operações vinculadas a cessão	3.2	147.169	-		
Despesa do exercício seguinte	4e	155.466	83			Contas a pagar	18	3.822	4.691		
Créditos diversos		2.124	646			Recursos não procurados	19	6.420	49.511		
Vlrs. a receber - Bloqueio Judicial		842	1.915			Valores a devolver a consorciados	20	-	7.794		
Direitos por créditos em cobrança judicial	4j	-	14.443			Provisão para contingência	4k; 21	7.545	6.606		
<b>Ativo não circulante</b>		<b>46.040</b>	<b>47.561</b>			Recursos pendentes em cobrança judicial	4j	-	14.443		
<b>Permanente</b>						<b>Exigível a longo prazo</b>			<b>1.993</b>		
Imobilizado	4f; 11	16.742	14.421			Contas a pagar	18	-	1.993		
Intangível	4g; 12	29.299	33.140			<b>Patrimônio líquido</b>		<b>115.631</b>	<b>80.777</b>		
<b>Total do ativo</b>		<b>339.105</b>	<b>207.139</b>			Capital social	22	55.000	55.000		
						Reserva de retenção de lucros		56.342	26.204		
						Reserva Legal		2.509	-		
						Reserva de Contingência		2.509	-		
						Outros Resultados Abrangentes		(729)	(426)		
						<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>339.105</b>	<b>207.139</b>		

As Notas Explicativas são parte Integrantes das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

do Semestre e Exercício Encerrados em 31 de Dezembro de 2022 e Exercício de 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	Notas	Exercícios Findos		
		2º Semestre 2022	em 31 de dezembro 2022	em 31 de dezembro 2021
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>4.838</b>	<b>8.312</b>	<b>3.699</b>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		4.838	8.312	3.699
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<b>43.021</b>	<b>55.900</b>	<b>64.458</b>
Receitas de prestação de serviços	24	188.104	468.322	512.919
Despesas com pessoal	25	(62.719)	(201.421)	(233.276)
Despesas administrativas	26	(55.003)	(156.189)	(165.456)
Despesas tributárias	27	(28.653)	(55.437)	(49.717)
Despesas com depreciação e amortização	11;12	(8.983)	(16.418)	(11.669)
Outras receitas operacionais	28	10.275	17.043	11.657
<b>Resultado operacional</b>		<b>47.859</b>	<b>64.212</b>	<b>68.157</b>
<b>Resultado não operacional</b>		<b>2.003</b>	<b>7.227</b>	<b>(2.023)</b>
Receitas não operacionais diversas		4.292	10.997	6.282
Despesas não operacionais diversas		(2.289)	(3.770)	(8.305)
<b>Resultado antes da tributação do lucro</b>		<b>49.862</b>	<b>71.439</b>	<b>66.134</b>
<b>Impostos sobre o lucro</b>	16a	<b>(14.208)</b>	<b>(21.267)</b>	<b>(19.520)</b>
Provisão para imposto de renda		(10.343)	(15.492)	(14.040)
Provisão para contribuição social		(3.865)	(5.775)	(5.480)
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>35.654</b>	<b>50.172</b>	<b>46.614</b>
<b>Lucro por quota de capital</b>		<b>0,65</b>	<b>0,91</b>	<b>0,85</b>

As Notas Explicativas são parte Integrantes das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO**

do Semestre e Exercício Encerrados em 31 de Dezembro de 2022 e Exercício de 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	Exercícios Findos			
	2º Semestre 2022	em 31 de dezembro 2022	em 31 de dezembro 2021	
<b>Atividades operacionais</b>		<b>35.654</b>	<b>50.172</b>	<b>46.614</b>
Resultado líquido do período		35.654	50.172	46.614
<b>Valores que não afetaram o caixa:</b>				
Ajustes de exercícios anterior		-	-	-
Depreciação e amortização		8.983	16.418	11.669
Provisões e reversões contingências trabalhistas e cível		973	939	(596)
Rendimento líquido das aplicações financeiras		(7.671)	(13.741)	(4.698)
Resultado na baixa do ativo tangível e intangível		713	1.330	1.428
<b>Caixa antes das mutações do capital de giro</b>		<b>38.653</b>	<b>55.119</b>	<b>54.417</b>
<b>Redução (aumento) dos ativos circulantes</b>				
Taxa de administração a receber		(21.192)	(21.408)	509
Outros créditos		(780)	(1.091)	(2.008)
Outros valores e bens		(157.658)	(155.965)	(11.703)
<b>Aumento (redução) dos passivos circulantes</b>				
Obrigações trabalhistas		(1.979)	6.801	3.623
Impostos e contribuições sociais		4.616	2.472	560
Impostos e contribuições sobre o lucro		(528)	-	-
Impostos e contribuições a pagar e diferidos		8.027	7.969	472
Contas a pagar		(2.431)	(869)	(6.782)
Valores a devolver a consorciados		-	(7.794)	856
Obrigações por operações vinculadas a cessão		147.169	147.169	-
Recursos não procurados		2.353	(43.091)	28.428
<b>Caixa gerado nas atividades operacionais</b>		<b>16.251</b>	<b>(10.687)</b>	<b>68.372</b>
<b>Atividades de investimentos</b>				
Aplicações financeiras		(207.491)	(406.961)	(615.498)
Resgate de aplicações financeiras		218.000	451.650	621.725
Aquisições do ativo imobilizado		(3.942)	(6.275)	(5.731)
Aquisições do ativo intangível		(6.611)	(9.953)	(15.574)
<b>Caixa gerado (aplicado) em atividades de investimentos</b>		<b>(44)</b>	<b>28.461</b>	<b>(15.079)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>				
Operações de leasing		362	(48)	1.693
Contas a pagar - aquisição de grupo de consórcio		(1.993)	(1.993)	1.993
Juros sobre capital próprio		(5.015)	(5.015)	(3.566)
Lucros distribuídos		(10.000)	(10.000)	(52.500)
<b>Caixa aplicado em atividades de financiamentos</b>		<b>(16.646)</b>	<b>(17.056)</b>	<b>(52.380)</b>
<b>Caixa aplicado nas atividades no exercício</b>		<b>(439)</b>	<b>717</b>	<b>913</b>
<b>Variação líquida do caixa e equivalentes</b>				
Caixa e equivalentes no início do período		(439)	717	913
Caixa e equivalentes no final do período		2.386	1.230	317
		1.947	1.947	1.230

As Notas Explicativas são parte Integrantes das Demonstrações Contábeis

→ continuação

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO SEMESTRE E EXERCÍCIO ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais)**

	Capital social	Aumento de Capital	Reserva de Retenção de Lucros	Lucros acumulados	Reserva Legal	Reserva para Contingência	Outros resultados Abrangentes	Total
<b>Semestre</b>								
<b>Saldos em 01 de julho de 2022</b>	<b>55.000</b>	<b>-</b>	<b>39.270</b>	<b>-</b>	<b>726</b>	<b>726</b>	<b>(456)</b>	<b>95.266</b>
Integralização do capital social	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Transação de capital com os sócios</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>95.266</b>
Ajuste da avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(273)	(273)
Ajuste do exercício anterior	-	-	-	-	-	-	-	-
Transf. p/reserva de contingência	-	-	-	(1.783)	-	1.783	-	-
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultado do semestre</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>35.654</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>35.654</b>
<b>Destinações:</b>								
Juros sobre capital próprio	-	-	(5.015)	-	-	-	-	(5.015)
Distribuição de lucros	-	-	(10.000)	-	-	-	-	(10.000)
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	32.088	(32.088)	-	-	-	-
Tranf. para reserva legal	-	-	-	(1.783)	1783	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>55.000</b>	<b>-</b>	<b>56.343</b>	<b>-</b>	<b>2.509</b>	<b>2.509</b>	<b>(729)</b>	<b>115.631</b>
<b>Mutação do semestre</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>17.073</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(273)</b>	<b>20.365</b>
<b>Exercício</b>								
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2021</b>	<b>55.000</b>	<b>-</b>	<b>35.656</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(436)</b>	<b>90.220</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Integralização do capital social	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Transação de capital com os sócios</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>90.220</b>
Ajuste do exercício anterior	-	-	-	-	-	-	-	-
Transf. p/reserva de contingência	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste da avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	10	10
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10</b>
<b>Resultado do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>46.614</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>46.614</b>
<b>Destinações:</b>								
Juros sobre capital próprio	-	-	(3.566)	-	-	-	-	(3.566)
Distribuição de lucros	-	-	(52.500)	-	-	-	-	(52.500)
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	46.614	(46.614)	-	-	-	-
Tranf. para reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>55.000</b>	<b>-</b>	<b>26.204</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(426)</b>	<b>80.778</b>
<b>Mutação do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(9.452)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10</b>	<b>(9.442)</b>
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2022</b>	<b>55.000</b>	<b>-</b>	<b>26.204</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(426)</b>	<b>80.778</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Integralização do capital social	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Transação de capital com os sócios</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Ajuste do exercício anterior	-	-	-	-	-	-	-	-
Transf. p/reserva de contingência	-	-	-	(2.509)	-	2.509	-	-
Ajuste da avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(303)	(303)
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultado do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>50.172</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>50.172</b>
<b>Destinações:</b>								
Juros sobre capital próprio	-	-	(5.015)	-	-	-	-	(5.015)
Distribuição de lucros	-	-	(10.000)	-	-	-	-	(10.000)
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	45.154	(45.154)	-	-	-	-
Tranf. para reserva legal	-	-	-	(2.509)	2.509	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>55.000</b>	<b>-</b>	<b>56.343</b>	<b>-</b>	<b>2.509</b>	<b>2.509</b>	<b>(729)</b>	<b>115.631</b>
<b>Mutação do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>30.139</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(303)</b>	<b>34.853</b>

As Notas Explicativas são parte Integrantes das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO**  
Encerrados em 31 de Dezembro de 2022 e  
Exercício de 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	Notas	2022	2021
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>3.947.344</b>	<b>3.606.197</b>
<b>Disponibilidades</b>		<b>1.650.048</b>	<b>1.515.941</b>
Depósitos bancários		19.393	12.482
Aplicações financeiras	5a;30	104.391	138.314
Aplicações vinculadas a contemplações	5a;30	1.526.265	1.365.146
<b>Outros créditos</b>		<b>13.439</b>	<b>12.254</b>
Adiantamento de recursos a terceiros		-	-
Bens retomados ou devolvidos	5b	12.903	12.212
Dev p/depósito em garantia	5c	536	43
<b>Direitos junto a consorciados contemplados</b>		<b>2.283.856</b>	<b>2.078.001</b>
Normais	5d	2.207.897	2.006.139
Em atraso		24.338	39.504
Em cobrança judicial		51.621	32.357
<b>Compensação</b>	5m	<b>21.411.407</b>	<b>18.028.674</b>
Previsão mensal recursos a receber	5e	111.536	101.018
Contribuições devidas ao grupo		11.222.221	9.504.272
Valor dos bens ou serviços a contemplar	5f	10.077.650	8.423.384
<b>Total do ativo</b>		<b>25.358.751</b>	<b>21.634.871</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>3.947.344</b>	<b>3.606.197</b>
<b>Obrigações com consorciados</b>	5g		
Grupos em formação		647	117
Recebimentos não identificados		3.821	7.689
Contribuições de consorciados não contemplados		1.334.535	1.160.553
Valores a repassar	5h	185.818	181.315
Obrigações contemplações a entregar	5i	1.526.265	1.365.146
Obrigações com a administradora	5j	-	966
Recursos a devolver a consorciados	5k	730.334	724.223
Recursos do grupo	5l	165.925	166.189
<b>Compensação</b>	5m	<b>21.411.407</b>	<b>18.028.674</b>
Recursos mensais a receber		111.536	101.018
Obrigações do grupo por contribuição		11.222.221	9.504.272
Créditos a disposição consorciado		10.077.650	8.423.384
<b>Total do passivo</b>		<b>25.358.751</b>	<b>21.634.871</b>

As Notas Explicativas são parte Integrantes das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS do Semestre e do Exercício Encerrados em 31 de Dezembro de 2022 e Exercício de 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)**

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2º Semestre 2022	2022	2021
<b>Disponibilidades no início do período</b>	<b>1.565.738</b>	<b>1.515.941</b>	<b>1.306.646</b>
Depósitos bancários	21.741	12.482	3.428
Aplicações financeiras	111.488	138.314	208.746
Aplicações vinculadas a contemplações	1.432.509	1.365.146	1.094.472
<b>Recursos coletados</b>	<b>1.406.375</b>	<b>2.700.841</b>	<b>2.413.396</b>
Contribuições aquisição de bens	982.573	1.909.977	1.782.185
Taxa administração	258.692	486.332	421.092
Contribuições fundo de reserva	24.521	47.936	43.692
Rend. aplicações financeira	91.096	164.031	60.446
Multas e juros moratórios	4.799	10.789	9.065
Prêmios de seguros	7.351	14.283	13.047
Outros	37.343	67.493	83.868
<b>Recursos utilizados</b>	<b>(1.322.064)</b>	<b>(2.566.733)</b>	<b>(2.204.101)</b>
Aquisição de bens	(873.849)	(1.695.889)	(1.429.819)
Taxa de administração	(265.242)	(495.690)	(430.048)
Multas e juros moratórios	(2.376)	(5.346)	(4.495)
Prêmios de seguros	(7.395)	(14.185)	(13.148)
Consortiados desligados - pagamentos	(75.846)	(145.823)	(116.566)
Outros	(97.355)	(209.799)	(210.026)
<b>Disponibilidades no fim do período</b>	<b>1.650.048</b>	<b>1.650.048</b>	<b>1.515.941</b>
Depósitos bancários	19.393	19.393	12.482
Aplicações financeiras	104.391	104.391	138.314
Aplicações vinculadas a contemplações	1.526.265	1.526.265	1.365.146

As Notas Explicativas são parte Integrantes das Demonstrações Contábeis

continua →

★ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
em 31 de Dezembro de 2022 (Valores expressos em reais)

**1. Contexto Operacional**

A **Embracon Administradora de Consórcio Ltda.** (Administradora) tem por objetivo a constituição, organização e administração, na forma da legislação em vigor, de grupos de consórcio constituídos com a finalidade de propiciar a cada um dos consorciados, mediante um fundo comum, a aquisição de bens móveis, imóveis e serviços.

**2. Apresentação das Demonstrações Contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Resolução BACEN nº 02, Lei nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as alterações introduzidas pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09 para a contabilização das operações associadas às normas e Instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), específicas para as empresas administradoras de consórcios, estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Foram publicadas normas e interpretações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade. Essas normas e interpretações precisam ser aprovadas pelo BACEN para que sejam aplicáveis à EMBRACON. A Administração aguardará as deliberações do Conselho Monetário Nacional e do BACEN sobre essas normas e interpretações para ajustar as demonstrações contábeis dentro do que for aplicável. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela EMBRACON, quando aplicável: CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 27 - Ativo Imobilizado, CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, CPC 41 - Resultado por Ação e CPC 46 - Mensuração do Valor Justo. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Circulares e Resoluções do Banco Central do Brasil, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

O Banco Central do Brasil divulgou em 27 de julho de 2021 a Resolução BCB nº 120 do inciso V do artigo 2º indica que as Administradoras de Consórcios devem observar no reconhecimento, na mensuração e na evidência contábeis desde 1º de janeiro de 2022 o Pronunciamento Técnico CPC 47, Receita de contrato com cliente.

A elaboração das demonstrações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às administradoras de consórcios, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem os ativos fiscais diferidos, as antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social, provisão para as demandas cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As operações dos grupos de consórcio são controladas individualmente por grupo. A posição patrimonial e financeira desses grupos e as correspondentes variações nas disponibilidades de seus recursos estão sendo apresentadas, respectivamente, nas demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 29 de março de 2023.

**3. Novas Normas e Resoluções Vigentes a Partir de 1º de Janeiro de 2022**

**3.1. Instrução Normativa BCB 187 de 25 de julho de 2021**

Com a revogação da Carta Circular nº 2.598 de 27 de novembro de 1995, pela Instrução Normativa BCB 187, de 25 de novembro de 2021, que tratava do reconhecimento das despesas com comissões. A Administração, possui o mesmo entendimento quanto ao efeito da Resolução BCB nº 120.

**3.2. Resolução BCB 120 de 27 de julho de 2021**

A Resolução número 120 de 27 de julho de 2021, com aplicação a partir de 01 de janeiro de 2022, dispõe sobre o reconhecimento, mensuração e evidência contábil, adotando o regime de competência mensal pelas Administradoras de consórcios. Esta resolução estabelece que as administradoras devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 47. Também foram observadas na elaboração dessas demonstrações financeiras as diretrizes emanadas de Resolução BCB nº 2/20 que dispõe sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e a partir de 1º de janeiro 2022 a Resolução BCB nº 120/21 que dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis pelas administradoras de consórcio.

Diante disto, as receitas de taxa de administração dos grupos de consórcios e despesas com o comissionamento passam a ser reconhecidas com base no prazo médio de vigência dos grupos de consórcio, diferentemente do reconhecimento até então que se dava pelo efetivo recebimento e pagamento financeiro, ou seja, regime de caixa.

- Adoção da Resolução BCB 120

A Administradora revisou e aprimorou suas premissas para evidência do regime de competência, mediante as definições ocorridas após o 1º semestre de 2022, optando assim pelo recálculo do exercício de 2022 fazendo vista a estas alterações significativas, perfazendo os números com a adoção ao CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, ocasionando os seguintes impactos em relação ao regime anteriormente adotado:

<b>Outros Créditos</b>	<b>31/12/2022</b>
Aumento Serviços Prestados a Receber	21.408
Redução Perdas Devedores Duvidosos	(369)
<b>Outras obrigações</b>	
Aumento Receita Antecipada a Diferir	147.169
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>	
Redução Receita de Prestação de Serviços	(126.430)
Aumento Provisão Devedores Duvidosos	369
<b>Outros Créditos</b>	<b>31/12/2022</b>
Aumento Outros Valores e Bens - Despesas Comissões a Diferir	155.383
<b>Despesas gerais e administrativas</b>	
Redução Despesas Gerais e Administrativas	(155.383)
Aumento Outros Valores e Bens - Receitas/Despesas Serv. Prestados/ Comissões a Diferir	7.096
<b>Despesas gerais e administrativas</b>	
Redução Outros Valores e Bens - Receitas/Despesas Serv. Prestados/ Comissões a Diferir	(7.096)

Os ajustes demonstrados acima, resultaram em um aumento de R\$ 18.912 líquido dos efeitos tributários no lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

**3.3. Resolução BCB 156 de 19 de outubro de 2021**

A norma dispõe sobre os critérios e os procedimentos contábeis a serem observados pelas administradoras de consórcio autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na escrituração dos grupos de consórcio. A referida Resolução entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022.

As operações dos grupos encerrados referente a recursos não procurados, em cobrança judicial e bens retomados foram reclassificadas das contas patrimoniais da Administradora para contas de compensação em atendimento a Resolução BCB nº 156 de 19 de outubro de 2021, bem como seguindo as orientações fornecidas pela Instrução Normativa BCB nº 208 de 15 de dezembro de 2021.

**3.4. Resolução BCB nº 219, de 30 de março de 2022**

Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar

pelo Banco Central do Brasil. Os artigos 24, 67 a 69 da referida Resolução entraram em vigor em 1º de maio de 2022.

O Art. 67 estabelece que as administradoras de consórcio e as instituições de pagamento deveria elaborar, até 31 de dezembro de 2022, o plano para a implementação da regulamentação contábil estabelecida nesta Resolução. O referido plano deve ser aprovado pelo conselho de administração ou, na sua inexistência, pela diretoria, ser divulgado, de forma resumida, nas notas explicativas às demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2022; e ficar à disposição do Banco Central do Brasil.

**3.5. Resolução BCB nº 260, de 22 de novembro de 2022**

Dispõe sobre os sistemas de controles internos das administradoras de consórcio e das instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Conforme Art. 13. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2023, exceto o Art. 10 o qual entra em vigor em 1º de janeiro de 2024.

**4. Principais Práticas Contábeis**

As políticas contábeis adotadas pela Administradora são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

**a) Apuração do Resultado**

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se relacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

A receita com taxa de administração e as despesas com comissões são reconhecidas mensalmente pelo regime de competência e lançados no resultado do exercício no prazo médio de duração dos grupos de consórcios.

**b) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações financeiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias, apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela EMBRACON para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (**Notas 6 e 7**).

**c) Títulos e Valores Mobiliários - TVM**

Os Títulos e Valores Mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da empresa, em três categorias distintas, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001: Títulos para negociação: são aqueles que são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício; Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais somente serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. (**Nota 8**); Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles que são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A EMBRACON não possuía títulos classificados nesta categoria no período.

**d) Ativos Circulante e Realizável a Longo Prazo**

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base pro rata dia).

**e) Despesas Antecipadas**

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência.

**f) Imobilizado**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da EMBRACON.

Depreciado as taxas que levam em consideração a vida útil dos bens e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

O aumento do valor contábil, resultante de reavaliação espontânea, foi contabilizado em reserva específica no patrimônio líquido da administradora.

**g) Intangível**

Representam gastos com sistemas aplicativos de informática e concessão de direitos de grupos de consórcios. O prazo de vida útil estimado para os itens do ativo intangível foi de até 5 anos e para a concessão de direitos dos grupos o prazo de vida útil estimado é o mesmo de encerramento dos grupos.

**h) Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo**

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base pro rata dia).

**i) Imposto de Renda e Contribuição Social**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem aos impostos correntes. O imposto de renda está calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro está calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. Os valores apresentados no passivo circulante estão líquidos das antecipações efetuadas durante o exercício.

A provisão para impostos diferidos é calculada sobre a reserva de reavaliação às mesmas alíquotas dos impostos correntes.

**j) Valores Pendentes de Recebimento Judicial**

Referem-se a valores em cobrança judicial de grupos encerrados, reclassificados para conta de compensação conforme Resolução BCB nº 156 e Instrução Normativa BCB nº 208.

**k) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, do Conselho Monetário Nacional, sendo: a) Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável são divulgados em nota explicativa; b) Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; c) Passivos contingentes: não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

**l) Resultado Não Recorrente**

São resultados de eventos não usuais relacionados com a atividade da administradora ou ainda, eventos para os quais não há expectativa de ocorrer em exercícios futuros. Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022, não foram identificados resultados não recorrentes.

→ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
em 31 de Dezembro de 2022 (Valores expressos em reais)

**m) Moeda Funcional e de Apresentação**  
As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e a moeda funcional da EMBRACON é o Real.

**5. Principais Práticas Contábeis dos Grupos de Consórcio**

**a) Aplicações Financeiras**

Representam os recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária em operações à ordem do Banco Central do Brasil, conforme determina a Circular 3.432/09. O rendimento dessas aplicações é incorporado diariamente ao fundo comum ou ao fundo de reserva de cada grupo e aos valores pendentes de entrega a consorciados contemplados, não incidindo sobre estes a taxa de administração. O saldo das aplicações financeiras inclui os rendimentos auferidos computados pró-rata dia.

**b) Bens Apreendidos ou Retomados**

Representam o valor dos bens apreendidos e retomados dos clientes inadimplentes.

**c) Dev. para Depósito em Garantia**

Representam os depósitos decorrentes de exigências legais ou contratuais, inclusive garantias prestadas em dinheiro, tais como os realizados para interposição de recursos em repartições ou juízos e os que garantem prestação de serviço.

**d) Direitos junto a Consorciados Contemplados - Normais**

Representam valores devidos a título de fundo comum e de fundo de reserva, a receber de consorciados contemplados, da data da contemplação até o final do grupo, incluído os direitos em atraso e em cobrança judicial.

**e) Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados**

Registram, em forma de compensação, a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados ativos para o mês de janeiro de 2023. O montante foi calculado com base no preço do bem vigente no último dia do mês de dezembro de 2022.

**f) Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar**

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras até o final do grupo, calculado com base no preço do bem vigente no período.

**g) Obrigações com Consorciados**

Registram-se os valores referentes a: a) grupos em formação - valores recebidos antes da constituição formal do grupo; b) recebimentos não identificados - valores recebidos cuja procedência ou destinação não foi identificada e c) contribuições de consorciados não contemplados - valores recebidos dos consorciados não contemplados para aquisição de bens ou serviços.

**h) Valores a Repassar**

Representam todos os valores recebidos e ainda não repassados à Administradora ou a terceiros, tais como taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros moratórios, multas rescisórias, custas judiciais, despesas de registro de contratos e outras obrigações.

**i) Obrigações por Contemplações a Entregar**

Representam os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias.

**j) Obrigações com a Administradora**

Representam o valor de eventuais obrigações do grupo de consórcio com a respectiva administradora.

**k) Recursos a Devolver a Consorciados**

Representam os recursos a devolver a consorciados ativos, por ocasião do rateio de encerramento do grupo, pelos excessos de amortização, ou ainda aos consorciados desistentes ou excluídos.

**l) Recursos do Grupo**

Representam os recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, formado pelos valores recebidos a título de fundo de reserva acrescido dos respectivos rendimentos financeiros.

**m) Compensação**

**Previsão mensal de recursos a receber de consorciados:** Demonstrem a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês subsequente. O montante é calculado com base no preço do bem vigente na data do balanço;

**Contribuições devidas ao grupo e suas obrigações de grupo por contribuições:** Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidos pelos consorciados ativos até o final do grupo.

**6. Caixa e Equivalentes de Caixa**

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	3	4
Bancos conta movimentos	1.944	1.226
<b>Total</b>	<b>1.947</b>	<b>1.230</b>

**7. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações estavam atreladas a fundos de investimentos DI, indexados à variação média das taxas diárias dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Essas aplicações financeiras apresentam liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas à Administradora, independentemente do ano de vencimento dos títulos, motivo pelo qual são classificadas no ativo circulante.

	31/12/2022	31/12/2021
Certificados de depósitos bancários	13.115	15.148
Cotas de fundos de investimentos	52.457	25.580
Cotas de fundos de renda fixa	6.712	64.996
LI - Instituição financeira ligada	6.594	4.171
<b>Total</b>	<b>78.878</b>	<b>109.896</b>

**8. Títulos e Valores Mobiliários - TVM**

	31/12/2022	31/12/2021
Fundo de ações	1.046	1.279
<b>Total</b>	<b>1.046</b>	<b>1.279</b>

**Movimentação do período**

Saldo no início	1.279	1.137
Aplicação	70	1.962
Rendimento	(303)	108
Resgate	-	(1928)
<b>Saldo no final do período</b>	<b>1.046</b>	<b>1.279</b>

**9. Impostos a Compensar**

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ antecipado	9.157	6.645
CSLL antecipada	2.541	2.012
Ativo fiscal diferido IR	-	1.741
Ativo fiscal diferido CSLL	-	627
Outros	187	276
<b>Total</b>	<b>12.386</b>	<b>11.301</b>

**10. Adiantamentos**

	31/12/2022	31/12/2021
Funcionários	411	343
Depósitos judiciais	5.373	5.916
Cartão de crédito	7.499	6.381
Fornecedores e outros	2.207	3.578
Cobrança advogados	395	588
Benefícios	1.855	1.439
<b>Total</b>	<b>17.741</b>	<b>18.244</b>

Os adiantamentos são registrados: a) adiantamento a funcionários, férias, 13º salário; b) adiantamentos efetuados aos grupos de consórcio por recebimento via cartão de crédito da parcela inicial; c) fornecedores em geral para aquisições de bens e serviços.

**11. Imobilizado**

	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2022 Saldo Líquido	31/12/2021 Saldo Líquido
Edificações em curso	2.705	-	2.705	2.487
Veículos em curso	888	-	888	573
Serviços em curso	93	-	93	60
Instalações	3.088	(1.987)	1.101	1.422
Móveis e equipamentos de uso	12.215	(5.490)	6.725	6.147
Equipamentos telefônicos	1.304	(1.300)	4	31
Equipamentos processamento dados	13.374	(9.045)	4.329	3.309
Veículos	1.393	(497)	896	392
<b>Total</b>	<b>35.061</b>	<b>(18.319)</b>	<b>16.742</b>	<b>14.421</b>

	Exercício				
	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2022
Edificações em curso	2.487	828	(610)	-	2.705
Veículos em curso	573	542	(227)	-	888
Serviços em curso	60	113	(80)	-	93
Instalações	4.254	-	(1.166)	-	3.088
Móveis e equipamentos de uso	12.862	1.655	(2.302)	-	12.215
Equipamentos telefônicos	2.586	-	(1.282)	-	1.304
Equipamentos processamento dados	18.030	2.003	(6.658)	-	13.374
Veículos	929	1.134	(670)	-	1.393
<b>Total</b>	<b>41.781</b>	<b>6.275</b>	<b>(12.995)</b>	-	<b>35.061</b>
(-) Depreciações	(27.360)	(2.721)	11.762	-	(18.319)
<b>Líquido</b>	<b>14.421</b>	<b>3.554</b>	<b>(1.233)</b>	-	<b>16.742</b>

	2º Semestre 2022				
	Saldos em 30/06/2022	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2022
Edificações em curso	2.267	438	-	-	2.705
Veículos em curso	821	294	(227)	-	888
Serviços em curso	130	43	(80)	-	93
Instalações	4.251	-	(1.163)	-	3.088
Móveis e equipamentos de uso	13.940	257	(1.982)	-	12.215
Equipamentos telefônicos	2.500	-	(1.196)	-	1.304
Equipamentos processamento dados	17.903	1.776	(6.304)	-	13.374
Veículos	929	1.134	(670)	-	1.393
<b>Total</b>	<b>42.741</b>	<b>3.942</b>	<b>(11.621)</b>	-	<b>35.061</b>
(-) Depreciações	(27.770)	(1.467)	10.917	-	(18.319)
<b>Líquido</b>	<b>14.971</b>	<b>2.475</b>	<b>(703)</b>	-	<b>16.742</b>

Prazo de vida útil dos bens do ativo imobilizado são: a) Edificações - 25 anos; b) Instalações - 10 anos; c) Móveis e equipamentos de uso - 10 anos; d) Equipamentos telefônicos - 5 anos; e) Equipamentos processamentos de dados - 5 anos e f) Veículos - 5 anos.

**12. Ativo Intangível**

	Custo	Amortização Acumulada	31/12/2022 Saldo Líquido	31/12/2021 Saldo Líquido
Softwares	24.229	(12.729)	11.449	11.209
Concessão de direitos grupos consórcios	28.377	(10.578)	17.799	21.931
<b>Total</b>	<b>52.606</b>	<b>(23.307)</b>	<b>29.299</b>	<b>33.140</b>

	Exercício			
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Softwares	16.200	9.953	(1.924)	24.229
Concessão de direitos grupos consórcios	28.377	-	-	28.377
(-) Amortizações	(11.438)	(13.698)	1.828	(23.307)
<b>Líquido</b>	<b>33.140</b>	<b>(3.744)</b>	<b>(97)</b>	<b>29.299</b>

	2º Semestre 2022			
	Saldo em 30/06/2022	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Softwares	19.390	6.611	(771)	24.229
Concessão de direitos grupos consórcios	28.377	-	-	28.377
(-) Amortizações	(17.553)	(7.516)	1.761	(23.307)
<b>Líquido</b>	<b>30.214</b>	<b>(905)</b>	<b>(10)</b>	<b>29.299</b>

O prazo de vida útil do software é de até 5 anos e para a concessão de direitos dos grupos o prazo de vida útil estimado é o mesmo de encerramento dos grupos.

**13. Financiamento - Operação de Leasing**

	31/12/2022	31/12/2021
Arendamento mercantil	2.244	2.168
(-) Encargos financeiros a apropriar	(411)	(286)
<b>Total</b>	<b>1.834</b>	<b>1.882</b>

**14. Obrigações Trabalhistas**

	31/12/2022	31/12/2021
Salários e rescisões a pagar	9.076	7.180
Provisão de férias e encargos	23.438	18.533
Provisão de 13º sal. e encargos	-	-
<b>Total</b>	<b>32.514</b>	<b>25.713</b>

**15. Encargos Sociais**

	31/12/2022	31/12/2021
INSS a pagar	5.125	4.198
FGTS a pagar	1622	1.315
IRRF s/salários	4.556	3.271
Contribuições a pagar	11	58
<b>Total</b>	<b>11.314</b>	<b>8.842</b>

**16. Impostos e Contribuições Sobre Lucro**

O imposto de renda é calculado com base no lucro real, à alíquota de 15%, mais o adicional de 10% sobre a parcela anual excedente a R\$ 240.000. A contribuição social é calculada à razão de 9%.

	2022	2021
<b>IRPJ</b>	<b>59.650</b>	<b>45.775</b>
Base contábil	59.650	45.775
(+) Adições	550.934	46.654
(-) Exclusões	(574.250)	(30.972)
(=) Base para o IRPJ	<b>36.334</b>	<b>61.456</b>
(+) Calculado a 15%	5.450	9.218
(+) Adicional de 10%	3.609	6.122
<b>(=) Total do IRPJ</b>	<b>9.059</b>	<b>15.340</b>
(-) Incentivos fiscais	(526)	(1.157)
(=) Valor provisionado	<b>8.533</b>	<b>14.183</b>
(-) Antecipações	(9.583)	(15.249)
(+) Composição de saldo negativo do IRPJ	1.050	1.066
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

continua →

★ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
em 31 de Dezembro de 2022 (Valores expressos em reais)

	2022	2021
<b>CSLL</b>		
Base contábil	59.650	45.775
(+) Adições	550.934	46.654
(-) Exclusões	(574.250)	(30.972)
<b>(=) Base para a CSLL</b>	<b>36.334</b>	<b>61.456</b>
(+) Calculado a 9%	3.270	5.531
<b>(=) Total da CSLL</b>	<b>3.270</b>	<b>5.531</b>
(-) Valor provisionado	3.270	5.531
(-) Antecipações	(3.555)	(5.724)
(+) Composição de saldo negativo da CSLL	285	193
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>IRPJ/CSLL - a recolher</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
IRPJ	-	-
CSLL	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**a) Demonstrativo da Despesa da CSLL e do IRPJ**

Descrição	Exercício Ffindos	
	2º Semestre 2022	em 31 de dezembro 2021
Valores correntes	(4.847)	(11.803)
IRPJ e CSLL no País	(4.847)	(11.803)
Valores diferidos	(9.361)	(9.464)
Diferenças temporárias	(9.361)	(9.464)
<b>Total das despesas da CSLL e do IRPJ</b>	<b>(14.208)</b>	<b>(21.267)</b>

**17. Impostos e Contribuição a Recolher**

	31/12/2022	31/12/2021
IRRF s/serviços de terceiros	163	117
Retenção conforme Lei 10.833/03	153	146
INSS s/serviços de autônomos	51	49
ISS s/serviços tomados	16	32
COFINS a pagar	3.198	2.649
PIS a pagar	692	574
ISS a pagar	1.486	1.319
<b>Total</b>	<b>5.759</b>	<b>4.886</b>

**18. Contas a Pagar**

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a pagar - serviços e bens	3.157	704
Contas a pagar - aquisição de grupos de consórcios	665	3.987
<b>Total contas a pagar - circulante</b>	<b>3.822</b>	<b>4.691</b>
Contas a pagar - aquisição de grupos de consórcios	-	1.994
<b>Total contas a pagar - não circulante</b>	<b>-</b>	<b>1.994</b>

**19. Recursos Não Procurados**

Estão representados por recursos não procurados a distribuir relativos a fundo de reserva e a obrigação a pagar a consorciados desistentes de grupos encerrados anteriores a Lei 11.795/2008. Os recursos posteriores a mencionada Lei foram reclassificados para conta de compensação conforme Resolução BCB nº 156 e Instrução Normativa BCB nº 208. Recursos Não Procurados Totais para o período de 31 de dezembro de 2022 equivale a R\$ 6.420 mil e (R\$ 49.511 mil em 2021), tais valores apresentam-se individualizados por consorciados, conforme determinação do Bacen.

**20. Valores a Devolver a Consorciados**

Estão representados por valor recebido e ainda não repassado a terceiros pelo grupo relativo a: taxa de administração; prêmios de seguro; multas e juros moratórios; custas judiciais; despesas de registro de contratos de garantia; multa rescisória e outros recursos. Reclassificados para conta de compensação conforme Resolução BCB nº 156 e Instrução Normativa BCB nº 208.

**21. Provisões**

Passivos contingentes prováveis: As provisões para passivos contingentes são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões constituídas são as seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhista	5.394	6.120
Cível	2.152	486
<b>Total</b>	<b>7.545</b>	<b>6.606</b>

Passivos contingentes possíveis: As perdas possíveis não são reconhecidas, pois sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da administração, baseados nas opiniões de seus consultores jurídicos. Os processos com risco de perda possíveis montam o valor de R\$ 8.011 mil (31/12/2022) e R\$ 6.058 mil (31/12/2021). As contingências consideradas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

**22. Patrimônio Líquido**

**Capital Social:** O capital social é de R\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais) e está representado por 55.000.000 (cinquenta e cinco milhões) cotas no valor de R\$ 1,00 cada;  
**Reserva Legal:** A empresa optou por realizar a reserva de 5% do lucro do semestre de acordo com a Resolução 66 que resultou o valor R\$ 2.509 mil, até atingir o percentual de 20% do Capital Social, conforme a Lei 6404/76 Art. 193  
**Reserva de Contingência:** A empresa optou por realizar a reserva de 5% do lucro do semestre de acordo com a Resolução 66 que resultou o valor R\$ 2.509 mil, até atingir o percentual de 20% do Capital Social, conforme a Lei 6404/76 Art. 195.

**Outros Resultados Abrangentes:** Refere-se a títulos aplicados em fundos de investimentos, conforme Nota 3c, sendo reajustado mensalmente a débito ou a crédito no patrimônio líquido conforme resultado apresentado, só serão reconhecidas no resultado do exercício quando de sua realização.

**23. Partes Relacionadas**

A Administradora possui operação com partes relacionadas relativo à contratação de locação do imóvel sede, sendo a locador a empresa Embratris Consultoria Empresarial Corretora de Seguros e Empreendimentos Imobiliários Ltda. E a locatária a Embracon. O contrato de locação possui vigência de 12 meses, com renovação automática conforme aditivo, sendo as parcelas reajustadas pelo IPCA. As empresas Embraccon e Embratris possuem os mesmos administradores.

**24. Receitas de Prestação de Serviços**

Os valores referem-se à prestação de serviços de administração de grupos de consórcio, cobradas mensalmente dos participantes dos grupos de consórcio e apropriadas ao resultado pelo regime de competência em 2022, devido a adoção ao CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, em cumprimento a Resolução BCB nº 120 de 27 de julho de 2021. Conforme nota explicativa 3.2 - Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

Informamos que o exercício 2021, tais receitas eram contabilizadas pelo regime de caixa, assim, não sendo possível sua comparabilidade com o exercício findo de 2022.

Descrição	Exercícios Ffindos	
	em 31 de Dezembro 2022	em 31 de Dezembro 2021
Taxa administração	185.657	462.937
Multa e juros	2.350	5.207
Outras	97	178
<b>Total</b>	<b>188.104</b>	<b>468.322</b>

**25. Despesas com Pessoal**

Descrição	Exercícios Ffindos	
	em 31 de Dezembro 2022	em 31 de Dezembro 2021
Pessoal - benefícios	(18.050)	(33.138)
Pessoal - encargos sociais	(34.585)	(64.706)
Pessoal - proventos	(10.040)	(103.474)
Pessoal - treinamento	(43)	(102)
<b>Total</b>	<b>(62.719)</b>	<b>(201.421)</b>

**26. Despesas Administrativas**

Descrição	Exercícios Ffindos	
	em 31 de Dezembro 2022	em 31 de Dezembro 2021
Aluguéis	(9.659)	(19.183)
Comunicações	(1.647)	(3.329)
Manutenção e conservação de bens	(2.001)	(4.062)
Processamento de dados	(6.784)	(13.576)
Propaganda e publicidade	(11.547)	(25.139)
Serviços de vigilância e segurança	(2.831)	(5.536)
Serviços técnicos especializados	(2.287)	(52.369)
Viagens no país	(1.591)	(3.810)
Provisões operacionais	(5.499)	(8.700)
Despesas de água, energia e gás	(1.131)	(2.693)
Despesas de arrendamento de bens	(154)	(221)
Despesas contr. filantrópicas	(297)	(340)
Despesas de material	(1.155)	(2.028)
Despesas de prom./Rel. públicas	(638)	(875)
Despesas de seguros	(77)	(157)
Despesas serviços sist. financeiro	(746)	(1.317)
Despesas de serviços de terceiros	(109)	(284)
Despesas de transporte	(16)	(27)
Outras administrativas	(3.996)	(6.834)
Outras despesas operacionais	(2.837)	(5.738)
<b>Total</b>	<b>(55.033)</b>	<b>(156.189)</b>

**27. Despesas Tributárias**

Descrição	Exercícios Ffindos	
	em 31 de Dezembro 2022	em 31 de Dezembro 2021
Despesas de COFINS	(17.540)	(33.595)
Despesas de PIS	(3.795)	(7.269)
Despesas de ISS	(6.987)	(13.213)
Outras despesas tributárias	(331)	(1.360)
<b>Total</b>	<b>(28.653)</b>	<b>(55.437)</b>

**28. Outras Receitas Operacionais**

Descrição	Exercícios Ffindos	
	em 31 de Dezembro 2022	em 31 de Dezembro 2021
Outras receitas operacionais	10.275	17.043
<b>Total</b>	<b>10.275</b>	<b>17.043</b>

São registrados neste grupo de contas as receitas originárias de prestação de serviços técnicos de administração de grupos de consórcio, além das taxas de recursos não procurados e reversões de provisão de comissões e serviços.

**29. Operações do Consórcio**

As operações de consórcio em 31 de dezembro de 2022 apresentam a seguinte posição:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
Quant. de grupos em andamento		236		228
Quant. de consorciados ativos	163.031		166.687	
Quant. de bens entregues no exercício	17.653		17.297	
Quant. de bens entregues, acumulado	67.167		76.673	
Bens pendentes de entrega acima de 30 dias	15.236		16.936	
Conсорciados desistentes e excluídos no exercício	43.485		44.004	
Conсорciados desistentes e excluídos, acumulado	344.690		379.220	
Taxa média de inadimplência	3,11%		3,88%	

**30. Aplicações Financeiras Liquidez - Grupos de Consórcio**

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
Cotas de fundos de invest. não vinculados a contemplação	104.391		138.314	
Cotas de fundos de invest. vinculados a contemplação	1.526.265		1.365.146	
<b>Total</b>	<b>1.630.656</b>		<b>1.503.460</b>	

**31. Outras Informações**

Os consorciados mantêm seguros de vida e quebra de garantia, junto às seguradoras, cujos valores dos prêmios pagos encontram-se contabilizados em Prêmios de Seguros Utilizados.

**• Gerenciamento de Riscos**

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

**• Plano de Implementação CPC 48 - Instrumentos Financeiros**

A Administradora elaborou o plano de implementação da regulamentação contábil do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, exigido por meio do art. 67, inciso II da Resolução BCB nº 219 de 30 de março de 2022, o referido plano está segregado em três pilares:

Organização e Governança: Reuniões compostas por diversos níveis hierárquicos das áreas envolvidas, dedicados a definição e acompanhamento da implementação.  
Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF; e  
Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis acerca dos instrumentos financeiros.

O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período de 2023 até o final de 2024, sendo que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para a implementação total em 2025. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.

**32. Eventos Subsequentes**

Não há eventos subsequentes até a data de publicação das demonstrações contábeis.

→ continuação

**DIRETORIA**

Guido Savian Júnior - Sócio

**CONTADORA**

Suely Cristina da Silva Lima - CRC nº 1SP155.421/O-0

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Ilmo. Srs.  
Diretores e Acionistas da  
**EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.**  
Santana de Parnaíba - SP

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações contábeis da **EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA. (EMBRACON)**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, demonstração do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como as demonstrações consolidada dos recursos de consórcio, em 31 de dezembro de 2022 e consolidada das variações nas disponibilidades de grupos para o semestre e exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira dos grupos de consórcio em 31 de dezembro de 2022, e as variações consolidadas nas disponibilidades de grupos para o semestre e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Base para Opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros Assuntos**

**Principais Assuntos da Auditoria**

- Em nosso julgamento profissional, os assuntos abaixo relacionados foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre findo. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.
- Gestão dos grupos de Consórcio, considerando os aspectos da utilização dos recursos de terceiros, bem como a projeção de encerramento dos grupos.
- Cumprimento dos limites de PLA e Capital Mínimo, bem como dos limites operacionais determinados pelo Banco Central do Brasil (Circular BACEN nº 3.524, de 03 de fevereiro de 2011).
- Foram revisadas as estimativas contábeis adotadas pela Administradora, quanto a adoção pelo regime de competência para as receitas de taxas de administração e outras oriundas de grupos de consórcio, além das despesas com comissão, ambas tratadas na Resolução BCB 120 e Instrução Normativa BCB 187.

**Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior**

Os valores correspondentes ao semestre anterior, relativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021, foram examinados por outra firma de auditoria, sendo o relatório dos auditores independentes datado em 25 de março de 2022, sem ressalva.

**Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor**

A Administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração e principais fatos administrativos do período.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e o relatório dos principais fatos administrativos do período e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o relatório dos principais fatos administrativos do período e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma

relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no relatório da administração e o relatório dos principais fatos administrativos do período, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2023.

**Irmãos Campos & Cerboncini**  
Auditores Associados

CRC 2 SP 013.900/O-8

**Fábio Cerboncini**  
Sócio Contador

CRC 1 SP 079.347/O-3